

HORTAS URBANAS EM TERRENOS PÚBLICOS DE POÇOS DE CALDAS-MG: AVALIAÇÃO DO USO DE ESPAÇOS POR MEIO DAS AÇÕES LOCAIS

Talitha Muniz Castro¹

Isamaura Krauss Franco²

Agroecologia e Produção Agrícola Sustentável

RESUMO

A agricultura urbana mostra-se importante ferramenta de sustentabilidade, pois alia questões ambientais, sociais e financeiras. O objetivo deste trabalho foi avaliar o uso de espaços urbanos públicos pela população de Poços de Caldas-MG, por meio de ações locais ligadas à agricultura urbana, buscando entender a motivação das pessoas na adoção destas ações, assim como traçar um perfil desses cidadãos e entender os benefícios da criação desses espaços. Foi realizada uma pesquisa, por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado a uma amostra de hortelões nas regiões sul e leste da cidade. Dentre os resultados, pode-se citar que a maioria dos hortelões são homens, casados, aposentados e possuem baixa escolaridade. A principal motivação revelada é a busca por atividade ocupacional e o principal benefício apontado pelos hortelões é o bem-estar. Para a comunidade, o principal ganho é a limpeza dos terrenos. As hortas urbanas cumprem papel de sustentabilidade, trazendo benefícios sociais, ambientais e econômicos à população e à cidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Agricultura urbana; Hortas; Espaços públicos

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade e seu tripé, também conhecido como *Triple Bottom Line*, envolvendo o aspecto social, ambiental e financeiro revela-se imprescindível para organizações, governos e sociedade, como meio de reverter os danos causados pela exploração dos recursos e de viver de forma mais harmoniosa com a natureza, e em sociedade. (JACOB, 2003)

Ganha destaque a agricultura urbana, “que é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno e destinada à produção de cultivos para utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais.” (ROESE, 2003, p.1) Desta forma são aproveitados espaços urbanos que antes não eram utilizados e muitas vezes eram destino de lixo e entulho, além de serem ambientes de proliferação de insetos e roedores. (ALMEIDA, 2004; HIRATA, 2010; SERAFIM; DIAS, 2013)

¹ Aluna da UNIPAZ-SP–unidade Poços de Caldas, talithamcastro@gmail.com.

² Profª da Faculdade Pitágoras – campus Poços de Caldas, isinhafranco@alumni.usp.br.

Objetiva-se com esse trabalho avaliar o uso de espaços urbanos públicos pela população de Poços de Caldas-MG, por meio de ações locais ligadas à agricultura urbana, buscando entender a motivação das pessoas na adoção destas ações, assim como traçar um perfil desses cidadãos e entender os benefícios da criação desses espaços.

METODOLOGIA

Obeve-se, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos da cidade de Poços de Caldas, no mês de junho de 2018, a relação com 145 espaços que foram concedidos sob a Lei Municipal nº 8.587, pela Prefeitura a cidadãos com a finalidade de desenvolver hortas, manter limpo, arborizar, fazer jardinagem ou criar área de lazer. (POÇOS, 2009) Desta população de 145 espaços, retirou-se uma amostra de 10% para efeito da realização desta pesquisa, que não tem intenções probabilísticas nesta etapa. Ainda que tenham sido adotados critérios de amostragem estratificada, os dados obtidos precisam ser entendidos de maneira qualitativa, uma vez que a proporção entre o tamanho da amostra e o da população não é segura para efeitos probabilísticos, não podendo ser extrapolada para a população. Deste modo, os resultados da pesquisa servem para um entendimento qualitativo da realidade estudada, servindo de base para as próximas etapas da pesquisa em si, da qual este resumo expandido é resultado parcial.

Considerando a população, a zona sul representa 93% do total de locais utilizados e a zona leste da cidade, os demais 7%. A amostragem arbitrada foi de 14 respondentes para a região sul, e 1 respondente da zona leste. Posteriormente, por meio de um processo aleatório, foram escolhidos os elementos de cada estrato, de forma a manter a proporção em que estavam representados na população.

Utilizou-se questionário, com perguntas fechadas e abertas, onde buscou-se identificar as motivações das pessoas que empreendem estas ações e quais benefícios estão sendo percebidos a partir destes trabalhos. A fim de identificar o perfil destes cidadãos, utilizou-se também o Critério de Classificação Econômica Brasil 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os entrevistados, 47% dos hortelões são aposentados e 53% declaram ter outra ocupação como principal, porém as profissões citadas não se repetem dentre a amostra. Com

relação à faixa etária, 80% dos respondentes têm a partir de 46 anos, o que mostra maior interesse por essa atividade a partir desta idade. Em relação ao gênero, 73% dos entrevistados são do sexo masculino e 27% são do sexo feminino, sugerindo que os homens têm maior interesse ou disponibilidade de plantar do que as mulheres. Com relação ao estado civil, 60% dos respondentes são casados e 20% mantém união estável. Com relação à escolaridade, 33% tem entre Fundamental I completo e Fundamental II incompleto, o que mostra o baixo nível de escolaridade dos respondentes. Com relação ao perfil socioeconômico, 40% dos respondentes são da classe C2, seguido por 27% da classe C1, o que demonstra que a maioria dos respondentes são de classes econômicas mais baixas.

Do total de 15 respondentes, 10 moram no bairro Jardim Esperança, 2 no Jardim Aeroporto, 1 no bairro Santa Tereza, 1 no bairro São Sebastião, todos na zona sul. Na zona leste, 1 respondente mora no bairro Monte Verde. Todos os respondentes moram no mesmo bairro em que plantam.

Quando questionados sobre o uso dos terrenos, houve 14 ocorrências com a resposta “cultivo de hortaliças, legumes e/ou frutas”; 5 ocorrências para “cultivo de plantas medicinais”; 4 para “jardinagem”; 3 para “arborização” e 1 ocorrência para “criação de galinhas”.

Com relação ao tempo que utilizam o terreno, 54% dos respondentes disseram ser até 2 anos. Interessante notar que um respondente disse utilizar o terreno há 10 anos e outro disse que utiliza há 20 anos, o que demonstra que a prática já existia antes da Lei nº 8.587, que regulariza o uso destes espaços, que entrou em vigor no ano de 2009.

Todos os respondentes disseram não usar nenhum tipo de defensivo agrícola na produção, 60% disseram usar resíduos domésticos para composto orgânico na adubação e 67% reutilizam pneus, caixas, latas, garrafas e outros materiais no terreno. Isto demonstra que a reutilização e reciclagem de materiais está sendo bastante efetiva nas hortas.

Com relação à obtenção das mudas, houve 16 ocorrências para “compra” e 8 ocorrências para “doação ou troca com outros hortelões”.

Quando questionados sobre o destino do que plantam, houve 15 ocorrências para “consumo próprio”, ou seja, todos os entrevistados disseram comer o que plantam; 13 ocorrências para “doação”; e 1 ocorrência para “venda”. Todos disseram que perceberam mudança na qualidade da alimentação a partir do momento que passaram a consumir o que plantam, principalmente com relação ao sabor. Quando questionados sobre o valor mensal que economizam por comerem o que plantam, 50% dos respondentes não souberam dizer,

enquanto que 28% disseram economizar entre R\$50,00 e R\$100,00. Quando perguntados sobre com quem utilizam o terreno, 73% disseram trabalhar sozinhos, 13% com amigos, 7% com vizinhos e 7% com cônjuge.

Com relação à motivação para utilizar o terreno, as principais respostas foram: 12 ocorrências em “para ter uma atividade ocupacional”; 7 em “porque gosta de plantar/trabalhar na terra”; 7 em “para manter o local limpo”; 6 em “para consumo próprio”. Dentre os aposentados, 5 dos 7 respondentes apontaram como motivação para manter sua plantação a razão “para ter uma atividade ocupacional”, demonstrando uma correlação entre ocupação e esta motivação em específico.

Quando questionados sobre como ficaram sabendo da possibilidade de utilizar os terrenos públicos para esta finalidade, 33% disseram que resolveram utilizar por conta própria e 27% souberam pelos vizinhos. Isto sugere que as pessoas estavam insatisfeitas com a situação em que o terreno se encontrava e tomaram a iniciativa de realizar alguma ação para que houvesse melhorias, mesmo sem saber se poderiam ou antes mesmo de terem regularizado o uso por meio do Projeto de Hortas da Prefeitura. Interessante notar também que, o fato de vizinhos realizarem estas ações influenciam e motivam para que outras pessoas do bairro iniciem ações do mesmo tipo. Com relação aos trâmites da Prefeitura para requererem a utilização dos terrenos, 93% dos respondentes disseram que foram procedimentos fáceis.

Quando questionados sobre o que mudou em suas vidas depois que começaram a plantar nestes terrenos, houve 10 ocorrências para “trouxe paz, calma, tranquilidade, bem-estar, prazer”; 5 ocorrências para “melhorou a saúde”. Nesta resposta, as pessoas citaram problemas de pressão alta e diabetes, que melhoraram significativamente. Houve 3 ocorrências para “tem distração, ocupação”; 1 ocorrência para “melhorou qualidade de vida”, 1 ocorrência para “tornou-se empreendedor”. Este respondente em específico abriu um hortifruti ao lado do terreno em que planta, onde vende sua produção de hortaliças e ovos .

Sobre os benefícios percebidos para a comunidade, as respostas mais citadas foram: 11 ocorrências para “limpeza dos terrenos”. Os respondentes disseram que o mato era muito alto e chegava até nas calçadas. Havia muitos animais peçonhentos, além de ser depósito de entulho, lixo e animais mortos. Houve 5 ocorrências para “segurança”. Segundo os respondentes, devido ao mato alto, era frequente que usuários de drogas se escondessem nestes locais para fazer uso de entorpecentes. Houve 1 ocorrência para “preço justo pelas hortaliças”. Neste caso, o respondente que possui o hortifruti ao lado do terreno disse que

vende as hortaliças a um preço mais baixo que nos demais estabelecimentos, para ajudar as pessoas do bairro.

CONCLUSÕES

As hortas urbanas mostram-se como uma importante ferramenta de desenvolvimento sustentável. Traz inúmeros benefícios à população como atividade ocupacional, levando às pessoas a se sentirem mais calmas, tranquilas, melhorando a saúde e o bem-estar. O fato de plantarem sem agrotóxico também é bastante relevante, tanto para a população, quanto para o meio ambiente. Além disso, as doações feitas às pessoas mais necessitadas da comunidade também apresentam grande importância, assim como a reutilização de materiais diversos nos terrenos. Economicamente, há redução de despesas com alimentação, já que comem o que plantam, além da possibilidade de vender o excedente.

A limpeza dos terrenos públicos também traz maior segurança ao bairro, além de tornar o local mais agradável e bonito. Desta forma, é muito vantajoso à Prefeitura, que não tem a necessidade de fazer a limpeza dos terrenos, economizando dinheiro dos cofres públicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável.** Agriculturas – experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004.

HIRATA, A. C. et al. **Caracterização da horticultura como uma estratégia de agricultura urbana em Presidente Prudente, Estado de São Paulo.** Informações Econômicas, SP, v. 40, n. 1, jan., 2010.

JACOB, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março de 2003.

POÇOS DE CALDAS (MG). **Lei municipal n. 8587 de 25 de setembro de 2009.** Cria o Programa "Cidadania e Ecologia" e dá outras providências: lei municipal n. 8587, 25 de setembro de 2009. Poços de Caldas, 2009.

ROESE, A. D. **Agricultura Urbana.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. **Agricultura urbana: análise do Programa Horta Comunitária do Município de Maringá (PR).** In: Tecnologia Social e Políticas Públicas - São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 133-151